

O CONTEXTO DO SUICÍDIO

IL CONTESTO DEL SUICIDIO

Mariateresa Gammone
Enrico Perilli
Marco Recchioni
Claudio Romualdo
Francesco Sidoti
Marta Angelica Iossi Silva*

Premissa: o suicídio como perda de sentido

Segundo os dados do *International Association for Suicide Prevention* (IASP), por ano, morrem cerca de 800 mil pessoas de suicídio no mundo. Grosso modo, uma pessoa a cada quarenta segundos. Muito mais consistente é o número de tentativas de suicídio. Em 2012, particularmente, foi a segunda causa de morte entre pessoas da faixa etária entre 15 e 29 anos. Na tentativa de distinguir uma pluralidade de motivações frequentemente muito complexas que incluem distúrbios mentais (ocasionais ou crônicos) e distúrbios físicos (das doenças às descompensações bioquímicas), a classificação mais comum distingue suicidas egoístas, altruístas, fatalistas, agressivos (BRONISCH, 2007).

A psicologia, a filosofia, a religião, a sociologia, a antropologia, a psiquiatria, a medicina sempre se perguntaram *porquê* uma pessoa se suicida, o que pode levar a tirar o dom da vida, a recusar o milagre da vida. Nestas páginas daremos um particular destaque ao contexto e ao conceito de anomia, que é “um dos poucos conceitos fundamentais da ciência social contemporânea” (PARSONS, 1968, p. 316). Geralmente, todos os suicídios não podem ser compreendidos fora do seu contexto, o anômico em particular, entendido como uma desesperada perda de sentido, uma vertigem gerada pela percepção de um fechamento do horizonte do possível. Este tipo de suicídio caracteriza-se em modo absolutamente subjetivo, na ideação e na atuação. Estes atos suicidários têm

* Os autores elaboraram juntos a ideação e a fundamentação destas páginas. Francesco Sidoti escreveu a primeira parte, Mariateresa Gammone a segunda, Marco Recchioni a terceira, Enrico Perilli a quarta e Marta Angelica Iossi Silva a quinta. A premissa e a conclusão foram escritos pelo professor Claudio Romualdo. O artigo originariamente escrito em italiano foi traduzido e adaptado para a revista da FATECE. Mariateresa Gammone, Enrico Perilli e Francesco Sidoti são professores da Universidade de Aquila, Itália; Marco Recchioni é professor da Universidade de Aquila e *visiting professor* da FATECE; o professor Claudio Romualdo é Diretor Geral da FATECE; e Marta Angelica Iossi Silva é professora da Universidade de São Paulo (USP).

alguma coisa em comum: a convicção que a vida seja então um espaço e um tempo habitados somente pela dor e pela infelicidade, tendo perdido todas as possibilidades de ser uma oportunidade de individuação e realização. O viver torna-se um esforço insuportável, uma pena sem fim.

O suicídio atesta a vontade de interromper o próprio percurso existencial. Quase sempre há uma dor considerada insustentável, a vida perde o sentido e o futuro torna-se uma ameaça, dissemina-se preocupações e angústias insuperáveis, não é mais o tempo da oportunidade e torna-se o tempo de um sofrimento sem fim.

Os existencialistas concebiam a vida como um percurso assediado pela angústia e pelo *Nada*, porém, no seu interior o ser humano tem a *liberdade* de dar a si a *possibilidade* de sobreviver e não cair na angústia, com a finalidade de encontrar a própria modalidade de *ser no mundo*. Também Jung escreveu muito sobre a angústia e sobre o afirmar-se de uma percepção do *Nada*.

Freud conclui que a vida é o triunfo momentâneo do orgânico antes que tudo retorne ao estado natural, isto é, ao inorgânico. Postulou a existência de duas pulsões: *Eros e Thanatos*, pulsão de vida e pulsão de morte. *Thanatos* expressa-se através de comportamentos destrutivos, auto ou heterodirigidos, o suicídio é a total imposição de *Thanatos*. Mas o suicídio é às vezes também um tipo de último ato criativo, uma escolha sempre pessoal, mas que amadurece dentro de um contexto, como tentaremos destacar no presente trabalho. Se o contexto é tão importante, então mergulhando no contexto será possível interpretar, prevenir, dificultar as tendências suicidárias, que são uma característica da modernidade.

No Ocidente, depois do período Medieval, mais precisamente a partir do século XVII, o aumento das taxas de suicídio assinala uma descontinuidade: o século XVIII encerra com o espetacular sucesso de *Die Leiden des jungen Werthers* e o século XIX com a reinterpretação de Werther dada por Massenet em Viena no ano de 1892. Com o advento de *Werther-Fieber*, o suicídio é visto como uma libertação dos sofrimentos unida à experiência romântica do sublime. Inicialmente pensado como exemplo da incapacidade de adequar-se às cortes provinciais em uma Alemanha semifeudal, Werther torna-se o protótipo do intelectual burguês que se mata em um ato de libertação e protesto contra a natureza e a sociedade, porque impedem a felicidade que mais tarde tornar-se-á inesperadamente, nos Estados Unidos, uma imposição constitucional.

Esta reinterpretação do suicídio é ausente nas culturas não ocidentais, onde as formas “egoísticas” de suicídio são estigmatizadas e as políticas podem ser praticadas ou

até mesmo exaltadas (HAENEL, 2012). A modernidade é caracterizada por formas de suicídio de altíssima relevância política, desde o monge budista que no ano de 1963 em Saigon ateou-se fogo até as missões suicidas de Hezbolah, de Ian Palach ao empreendedor tunisino, que sacrificando-se deu início à chamada primavera árabe. O corpo pode ser sentido como uma bomba e os atentados terroristas são frequentemente pensados para que haja o maior número possível de vítimas, mesmo que completamente desconhecidas e inocentes.

Os dados mostram as diversidades, das étnicas às profissionais, mas em primário relevo é o estado de ânimo de quem decide de tirar-se a vida, amadurecido cada vez mais dentro de um contexto específico. Muitos intelectuais viveram uma experiência que contaram nos seus estudos, decidindo-se pelo suicídio antes que a sua condição se transformasse em “*um arrastar entre doenças e depressões*”, que seria uma outra perda de sentido e de possibilidades. As cartas dos suicidas evidenciam dois aspectos: o primeiro é uma explicação do motivo, um comunicar o que havia acontecido em suas vidas; o segundo é um pedido de compreensão e de desculpa, porém, declarando que não se entreviam outras estradas. Racionalmente os destinatários dessas cartas analisam soluções que poderiam ser encontradas e concluem dizendo: “*quem teria imaginado*” (WIDMANN, 2012). Na verdade, o suicídio parece ser frequentemente um ato planejado, organizado, também tentado outras vezes. Várias testemunhas contam sobre indagações de locais onde pensam em atirar-se, de organizações pacientes e minuciosas para não deixar escapar nada. Em uma fria determinação em direção ao fim, *não permanece senão isso*, parece dizer-nos o suicida.

Em um panorama amplo e complexo, denso de fatores históricos e culturais, sustentamos a relevância *de cada suicídio* no contexto no qual ocorre. O contexto acelera a perda de sentido, conjuntamente à condição física e psíquica: em cada gesto conscientemente autodestrutivo há sempre uma dimensão social e plural, como demonstram as análises da crise econômica e do contexto organizativo.

1 As dimensões do suicídio

Os Estados Unidos são o país no qual mais se sente o peso do contexto nas motivações do suicídio. Na página de apresentação do website do *American Association of Suicidology* lê-se que segundo as estatísticas oficiais mais de 38.000 norte-americanos se matam por ano. Nota-se que o número real seja possivelmente maior. É notavelmente

maior o número de tentativas de suicídio com êxito não-fatal, causando frequentemente lesões pessoais, traumas às famílias e aos amigos. Nos Estados Unidos o suicídio é a terceira causa de morte de jovens entre 15 e 24 anos, e está, em um quadro geral, entre as 10 principais causas de morte. Estatísticas similares encontram-se em todos os países ocidentais, acompanhadas de uma intensa produção bibliográfica que coloca em destaque perfis particulares: por classes de idade, por faixas de geração e por categorias especiais como, por exemplo, os veteranos de guerra. Para muitos é desconcertante saber que por dia nos Estados Unidos vinte e dois veteranos de guerra cometem suicídio (DREAZEN, 2014). Para os veteranos, a PTSD, a síndrome pós-traumática, é um grande problema em termos intelectuais, morais, epidemiológicos. Para a opinião pública, organizações como a *American Foundation for Suicide Prevention* desenvolvem um papel muito importante de prevenção e de sensibilização.

Para os trabalhadores deste setor e estudiosos, o gesto humano mais extremo e mais solitário é visto hoje dentro da própria rede de relações sociais, familiares, culturais, religiosas, econômicas, de trabalho e associativas. As dimensões do suicídio são muitas: os perfis biológicos e pessoais têm relevância, mas o contexto pode acentuar e exaltar, ou até mesmo minimizar e apagar; de qualquer forma o contexto deforma, canaliza, camufla. Depois da grande crise de 2008 a literatura científica intensificou a análise do suicídio em relação ao contexto de trabalho.

Em uma pesquisa da Universidade de Oxford, publicada na *Lancet*, ficou evidente que “para cada aumento de 1% da taxa de desemprego encontra-se em média um incremento de 0,8% nos suicídios de pessoas com idade inferior aos 65 anos. Além disso o número de suicídio aumenta em 0,8% (STUCKLER et al., 2009).

A compreensão da dimensão relacional do suicídio é hoje dominante¹, porém amadurecida através de um processo plurissecular, que será importante percorrer, ao mesmos brevemente, para que se possa compreender a sempre mais marcada relevância

¹ As estatísticas sobre o suicídio frequentemente foram objeto de infinitas polêmicas, sobretudo, quando se fala da correlação com o perfil socioeconômico, colocada em discussão pela incidência na documentação dos fatores religiosos e culturais, como no exemplar caso da Grécia, que tinha as mais baixas estatísticas europeias de suicídio (ROCKETT; MCKINLEY, 1999). A bibliografia científica sobre o tema é vasta, complexa e com recaídas na opinião comum. Por exemplo, um artigo de um periódico célebre como o *Economist* começa destacando que “*statistics on suicide are notoriously unreliable. For religious and cultural reasons many go unrecorded*”. Mesmo reconhecendo o peso de fatores como a escassa assistência fornecida às pessoas em risco de suicídio, destaca-se que uma infinidade de fatores, como os químico-ambiental possam influenciar o dado estatístico (no caso da Guiana, o país que tem o mais elevado número de suicídios no mundo, é citada a influência de um uso desproporcional de organofosforados em herbicidas e inseticidas, estando aquilo que dizem acreditados estudos científicos). Cf. *Desperate measures. Whwn it comes to people taking their own lives, Guyana leads the word*, em “The Economist”, September, 13th 2104.

analítica dos perfis sociais e políticos em um sentido mais amplo do termo (WATT, 2004; GAMMONE, 2010).

Na cultura grega clássica e no estoicismo romano clássico encontramos exemplos de suicídios altruísticos, egoísticos e agressivos com uma plena aceitação do suicídio como resposta individual e racional adequada a um destino adverso. No mundo antigo o tema do suicídio por vingança era relevante: Ajace e Dido são somente os dois casos mais conhecidos (DELCOURT, 1939). Nos célebres versos de Virgílio, como naqueles de Catulo, a motivação do suicídio pode ser um protesto hiperbólico ou, como no caso de Catão de Útica, uma exemplificação final de uma retidão suprema (GLOTZ, 1904). O suicídio era geralmente condenado, mas, no interior desta dominante reprovação legal e cultural, quando se estava diante de circunstâncias especiais a aceitação de uma boa morte foi apresentada muitas vezes como o digno cumprimento de uma boa vida. São notórios os exemplos e diversas argumentações sobre tal perspectiva, de Epicuro a Sêneca. Com o Cristianismo a concepção muda.

A racionalização do martírio é progressivamente vista pelos Bispos como necessária como reação aos excessos dos circunceliões e dos donatistas.

Paralelamente à proibição divina de não matar, o suicídio é fortemente estigmatizado como um crime ao quadrado: quem se mata, não somente mata si próprio, mas comete a pior maldição, pois nega o maior dom de Deus: a vida.

Começando com Agostinho, manifesta-se na religião e na justiça uma categórica degradação simbólica da morte voluntária sem deixar mais nenhum espaço para distinções e exceções. Depois do século V, na Europa cristã, o suicídio torna-se um ato de sacrilégio bem mais culpável que o homicídio e delito, estando entre os piores pecados, mesmo patamar da soberba. Já que a vida não pertence ao indivíduo, mas primeiramente a Deus (depois, em segundo lugar, à ordem hierárquica profana), uma decisão autônoma de autodestruição é unanimemente execrada como rebelião e desafia todo o plano natural. Igualmente ao corpo do homicida, como nas célebres páginas iniciais de *Surveiller et punir* (FOUCAULT, 1976), durante a Idade Média o corpo do suicida era frequentemente profanado e ‘destruído’, porque objetivamente é *hors-la-loi*, ao último limite do humano e do divino.

Como em outros contextos geográficos e culturais, por exemplo como na cultura religiosa islâmica, o Cristianismo expressa a máxima reprovação do suicídio, colocando de lado a retórica (e a prática!) precedente do martírio, do sacrifício extremo de si mesmos pela própria fé e pela própria identidade espiritual: estes aspectos são redefinidos e

assimilados em uma progressiva mundanização e ritualização dos extremistas da devoção, através de ascese, a primorosa vivacidade terrena, as obras missionárias, o testemunho pietista.

Em séculos de devoção e de liturgia o suicídio tingia-se de uma conotação fortemente aterrorizante e angustiante que não havia precedentemente. A partir do século V o cristianismo tinha descoberto e motivado uma fortíssima condenação ao *homicídio de si mesmo*, mas depois de mil anos, desde 1600, começa uma perspectiva mais pluriforme. A proibição anti-suicidógena era parcial no mundo simbólico clássico, que em relação ao suicídio não tinha sido proibido como foi depois na cultura cristã.

Com o Renascimento, sobre o suicídio renascem os temas fatalistas, agressivos, pedagógicos preexistentes no mundo antigo, porém, enriquecidos de muitas novas sensibilidades e temáticas. Entre o final do século XVII e início do século XVIII, aumenta consideravelmente na Europa o número de suicídios, sobretudo nas classes urbanas, cultas, burguesas, laicas, primeiras portadoras e primeiras vítimas do racionalismo que havia fechado o percurso iniciado na Idade Média. A secularização do suicídio completa-se entre os séculos XVII e XVIII, mas não como mera recuperação e restauração dos antigos temas do mundo clássico. A descontinuidade é dada pela descoberta dos perfis existências e sucessivamente dos econômicos e sociais. O afastamento do mundo clássico emerge de maneira gradual e é, enfim, recusado nitidamente em Hume: *Essays on suicide and the immortality of the soul*. Para Montaigne e Hume há uma re-problematização da morte voluntária; as análises utilitárias e racionalistas do suicídio são a premissa da subsequente descoberta do perfil sociológico sob os restos do edifício medieval de crenças, valores, normas, sanções. Com Frederico II da Prússia, em 1747, foi formalizada a despenalização do suicídio: é o primeiro soberano europeu que faz cumprir na lei penal as dissertações filosóficas e jurídicas iluministas (de Montesquieu a Pufendorf). Na primeira e mais completa cultura moderna, mercantil, burguesa, sobretudo na cultura anglo-saxônica (de John Donne a Robert Burton, de Samuel Johnson a James Boswell) acontece uma passagem definitiva em direção à análise racionalista e utilitária que será a premissa da análise sociológica. Para defender o suicídio, John Donne citava Cristo, por exemplo, como suicida racional ao invés de mártir, argumentando que Jesus já sabia sobre a própria morte, mas não se esquivou de tal conhecimento, portanto, deveria ser incluído no campo dos que escolheram uma morte voluntária. Em relação a estas reflexões de 1608, Robert Burton em 1621 publicou a obra capital a respeito: *Anatomy of Melancholy* que abriu caminho para a análise moderna, racional, científica da morte voluntária

aceitando de maneira aparentemente consequencial a medicalização do suicídio, interpretado como um efeito indesejado e imprevisto da melancolia. Na Europa fortaleceu-se progressivamente a ideia de que o suicídio não seria atribuído a uma invasão diabólica e a uma momentânea eclipse da presença de Deus. Fazendo uma retrospectiva, a lógica explicativa foi invertida e pelas causas mais insondáveis e sobrenaturais passou-se às mais concretas e naturais, ou seja, a melancolia foi atribuída à deterioração da máquina orgânica: o fígado, o baço, a circulação sanguínea, os humores, a bexiga e, obviamente, o útero. A medicina do século XIX culmina no positivismo de tipo lombrosiano, positivista e biologista. Assim, no que dizia respeito ao delinquente nato, havia, em quem se tirava a vida, a força do destino: um elemento biológico inegável de força maior. O suicida parece vítima inculpável não do próprio livre arbítrio, mas das próprias disfunções cerebrais e do próprio sistema nervoso, não mais uma perda de Satanás, mas de sua versão burguesa, laica, positivista: loucura e demência, deplorável e letal falta de progresso e de razão.

A desconexão entre autodestruição e condenação teológica abre as portas para uma multiplicidade de interpretações; pode-se ir de um extremo ao outro: o suicídio não é mais visto como inevitável destino, mas como suprema escolha subjetiva e arbitrária. Werther é exemplar: há nele um nítido sofrimento em relação às convenções sociais e em relação à rotina que domina Albert e substancialmente também Lotte. Werther contrariamente não quer uma vida burguesa tranquila, aspira um amor total e uma felicidade total. Portanto, em um certo sentido, se autocondena a uma frustração incurável que culmina com o suicídio.

No célebre romance de Goethe a sociedade burguesa é onipresente, com o dedo apontado para um irrepreensível conformismo. Werther sofre as hipocrisias e a indiferença. As suas relações sociais são superficiais e, insatisfeito, tira a própria vida. Werther considera-se inadequado em um mundo de convenções, reconhece o próprio fracasso. Quando levada muito a sério, a iniciação sentimental pode também tornar-se uma viagem terminal. O suicídio de Werther é de certa forma exemplar: o herói romântico morre porque não se reconhece e não se insere na sociedade, a mesma sociedade onde começam a consumir-se suicídios que são visivelmente conexos às condições materiais de existência. Marx desenvolverá de maneira mais consequencial e extrema esta temática, colocando as condições materiais de existência como base de todas as relações sociais, do suicídio ao homicídio, do casamento à religião: o social é um conjunto de dimensões e de contextos. Todavia, sobre isso Marx não pretendia ser um autor original e solitário:

no decorrer do século XIX desenvolve-se a análise das causas do suicídio que se tornará um setor consolidado através de estudos científicos.

2 Nascimento e transformação social

No decorrer dos séculos as motivações racionais do suicídio foram muitas: o epílogo de um desafio, o não querer se entregar em escravidão ao vencedor, a defesa da honra, a fidelidade de uma esposa virtuosa em relação ao defunto marido, a acusação em relação a um engano irremediável quanto injusto, e assim por diante. Mas a análise racional e moderna do suicídio começa com Hume, que compreende nitidamente o perfil social. Ele considera que o suicídio pode ser comparado a uma completa retirada do ato de viver com os outros, o que não é considerado imortal. Para Hume é obvio que possam existir situações extraordinárias nas quais um gesto extremo torna-se possível ou até mesmo desejável: na sua opinião há um direito de morrer em circunstâncias como uma doença incurável ou uma velhice degradante (precedentemente, somente a tradição epicurista tinha tido ideias tão claras sobre o tema).

Todas as situações são racionalmente discutidas por Hume, divulgando um extremismo prejudicial: ele destaca que o suicídio não deve absolutamente ser tomado em consideração se antes não se excluiu todas as outras opções. Por razões exclusivamente mundanas, viver é muito mais interessante, mas não nos casos de um sofrimento irreversível e incurável, para ele as pessoas não deveriam ser constrangidas a sofrer. Mesmo sendo controversas, os textos de Hume constituem um clássico da filosofia, pois juntamente a outros paralelos textos (particularmente sobre os milagres e sobre os limites do conhecimento humano) constituem uma etapa fundamental.

Esta exemplar análise racional é tão relevante quanto um outro clássico, mas da sociologia: o volume de Durkheim sobre o suicídio, publicado em 1897, constrói pedra de comparação e de confronto para toda a literatura sucessiva, dos estudos de Gabriel Tarde sobre a imitação àqueles de Halbwachs nos anos trinta. O volume é considerado particularmente representativo da “descoberta do social” (MUCCHIELLI, 1998) que caracteriza boa parte da literatura do século dezanove: Marx está em boa e ampla companhia, começando por Guerry e Quetelet (que inventava a estatística social). Pode-se repetir sobre o suicídio o que foi prestigiosamente dito e escrito sobre o delito: “uma massa de casos isolados, aparentemente confusa e casual, torna-se um reflexo significativo das condições sociais. *Pela primeira vez na história do pensamento humano*

o delito é visto como um fato social” (RADZINOWICZ, 1966, p. 32). E, ainda, a propósito do suicídio, poderia se repetir o que Marx e Engels, em *Die heilige Familie*, 1845, escreveram sobre o delito: “não se deve punir o delito no indivíduo, mas *destruir os locais antissociais onde nasce o delito*, e dar a cada um na sociedade o lugar do qual tem necessidade para a exteriorização essencial da sua vida. Se o homem é formado pelas circunstâncias, as circunstâncias devem se tornar humanas”.

Na mais qualificada literatura metodológica, de Merton a Boudon, a análise de Durkheim sobre o suicídio é até hoje citada como exemplo máximo para estudar e seguir (CUIN, 2011). Alguns ilustres autores inserem a sua *explicação* entre os exemplos da sociologia *compreensiva*, mas também por outros a análise durkheimiana é interpretada dentro de cânones positivistas, como o método nomológico hempeliano, pela exemplar conexão entre *explanas* e *explanandum*. Assim como a análise de Hume é objeto de um debate que continua com pontos de vista contrapostos (LEWINSKI, 2008), a análise de Durkheim continua até hoje com pontos de vista contrastantes, que de qualquer forma reconhecem sempre a potência do seu raciocínio explicativo. As reservas são de escola, relativas a temas como os limites teóricos do individualismo metodológico ou como a necessidade de regular o individualismo metodológico.

Independentemente das contraposições e das leituras de escola, um ponto permanece indiscutível: em poucas obras a dimensão social é tão brilhante e claramente colocada como em Durkheim. Já na época a explicação estritamente individual, biológica, orgânica, psiquiátrica era defendida como a única possível (BERRIOS; MOHANNA, 1990). De maneira quase paradoxal, desafiando o saber constituído, deliberadamente e declaradamente, Durkheim “explica” o suicídio sem falar de um só suicídio. Começa analisando estatísticas internacionais: desenvolve uma análise rigorosamente empírica no início, mas no fim sabiamente descritiva da dimensão invisível e envolvente do social, onde há uma dimensão econômica, a dimensão organizativa, a dimensão familiar e muito mais.

Nas estatísticas de seu tempo, Émile Durkheim verificou algumas sistemáticas regularidades: taxas maiores de suicídio entre militares, protestantes e solteiros. Ele se recusou a interpretar o suicídio como efeito de uma mera desordem mental individual ligada a pesos hereditários ou a especificidades geográficas e climáticas. Estatísticas de vários países que uniformemente relatavam a mesma constante, Durkheim descobriu o nível relacional como fator casual: em relação a civis, católicos e casados, os militares, protestantes e solteiros tinham níveis menores de integração social. Durkheim tentou a

prova dos nove, nível empírico-estatístico: se o ponto é a integração social e se um solteiro tem menor integração social de uma pessoa casada, então entre os viúvos deveríamos encontrar uma taxa de suicídio maior em relação aos casados e menor em relação aos solteiros, pois, de qualquer forma, entre os viúvos o casamento constituiu uma outra família, outros parentes, filhos, amigos, conhecidos. Estes e outros raciocínios eram confirmados através da verificação empírica. A integração social pode ser mais alta ou baixa de acordo com várias circunstâncias. Para Durkheim, tentamos continuamente nos adaptar e o social é como uma rede que detém as pessoas no abismo enquanto perigosamente fazem piruetas nas acrobacias existenciais. Se a rede das relações sociais torna-se muito frágil, inconsistente, despedaçada, debilitada, insignificante, as pessoas escorregam através das malhas que se alargam. Quando, nas tantas peripécias e nos tantos voos, no circo da vida (por motivos que vão do biológico ao econômico) há uma queda na rede, o acrobata sem sorte será aprisionado por uma trama densamente entrelaçada de relações e de ligações: família, parentes, amigos, colegas, instituições, o detém do abismo e impedem que ele mergulhe no vazio. O suicídio (ou um equivalente ato destrutivo de si ou de outros) acontece quando a rede relacional é delicada e errada, isto é, escassa de familiares, parentes, esposas, relações, interesses e valores compartilhados.

Durkheim não fala de nenhum suicídio individual e não explica o suicídio individualizado: elabora uma explicação de caráter geral sobre o peso do contexto social, que, obviamente, se junta a tantos outros fatores biológicos, médicos, econômicos, organizativos, psicológicos psiquiátricos e religiosos. Desse modo é explicado não somente o fenômeno do suicídio, mas também do homicídio e tantos outros comportamentos destrutivos. Por exemplo, este raciocínio durkheimiano foi frequentemente retomado em relação à família, que inevitavelmente gera ligações de convivência, correlação e obrigação. A família pode ser julgada sob outros perfis: pode também ser (praticamente ou metaforicamente) assassina, mas é a exceção que confirma a regra, pois neste caso se trataria de uma família que age não no sentido de integração mas de desintegração. O suicídio pode ocorrer de muitas maneiras (diria Durkheim), não é necessário disparar-se, o suicídio também acontece com a adoção de comportamentos autolesivos que são suicídios diferentes, mascarados, atenuados, indiretos, inconfessáveis, inconscientes. Comportamentos que vão de consumo alimentar errado a direção automobilística imprudente.

A base durkheimiana não exclui mas integra outras análises e visões do suicídio, por exemplo, a de resposta a um luto, a um drama interior lacerante ou a um pedido de

ajuda não escutado e assim por diante. De qualquer forma, para seguir Durkheim, em todo suicídio sempre haverá uma influência relacional: os bons níveis de integração levam a níveis mínimos de suicídio, enquanto excesso ou ausência ou especificidade de integração influem no crescimento do número de suicídios de tipo anômico ou de tipo egoísta ou de tipo fatalista ou de tipo altruísta. Durkheim pretendia colocar em evidencia o componente exclusivamente sociológico do fenômeno. Tantos outros estudiosos evidenciaram a importância de outros componentes, por exemplo, os institucionais, como no caso de leis e de proibições, a possibilidade de encontrar facilmente armas e venenos, a possibilidade de chegar a lugares propícios para consumir a vontade de tirar a própria vida. Um exemplo: a passagem do gás natural sem monóxido de carbono (BARBAGLI, 2006). Nos anos sessenta em vários países europeus ocorreu a implementação do gás natural sem monóxido de carbono, impedindo assim uma oportunidade de suicídio indolor muito praticada até então.

As integrações e as alternativas ao modelo de Durkheim não impedem o acolhimento das diferenças empíricas baseadas na capacidade de integração social. Altos picos nas estatísticas de suicídio podem ser encontrados em momentos de anomia aguda (um exemplo frequentemente citado é o colapso da URSS) ou, o oposto, baixas taxas de suicídio podem ser explicadas pela presença de fortes ligações de solidariedade comunitária (um exemplo é o nível inferior de suicídios entre os afro-americanos e em outras minorias étnico-religiosas). Um caso de manual é o cárcere, que infelizmente funciona principalmente como momento de segregação e incapacitação. No cárcere a dimensão do social torna-se drasticamente rígida e as potencialidades de vida empobrecem-se. A relevância de tal dimensão é tão forte e assim pode-se compreender a nefasta influência não somente com os encarcerados, mas também com o corpo dos agentes de polícia penitenciária; na Itália o fenômeno de suicídios entre os agentes de polícia penitenciária foi objeto de denúncias circunstanciadas (SAP, 2012). Pode-se explicar sociologicamente o alto nível de suicídio no cárcere ou o baixo nível de suicídios nos campos de extermínio nazistas e nos *gulags* soviéticos (onde o nível de solidariedade cresce enormemente em um círculo relacional estreito de detentos).

Condições altamente dramáticas podem induzir a altos níveis ou a baixos níveis de suicídio, pois não é decisivo o evento em si, mas a sua dimensão cultural e relacional. Em condições extremas de estresse e de dramatização existem como regra altos níveis de suicídio (como no exemplo frequentemente citado da perseguição nazista aos judeus e

homossexuais, ou como o exemplo dos estupros em massa cometidos na Alemanha pelos soldados do Exército Vermelho).

A atualidade da obra de Durkheim não consiste nas distinções entre os vários tipos de suicídio (altruísta, egoísta e fatalista) ou na importância analítica do conceito de anomia ou no sábio uso da estatística comparada. A atualidade consiste na indicação da dimensão social como inevitável momento explicativo, que, obviamente, se funde a uma infinidade de diferentes casos individuais. Considerada perfeita do ponto de vista metodológico, a sua obra determinou o crescimento de uma imponente e específica literatura, na qual não é preeminente a discussão sobre as diferentes causas que induzem ao suicídio, mas a descoberta do contexto originário como fator etiológico (desencadeante ou concorrente).

Há mais de cem anos da descoberta dos fatores sociais, essa sistematização serve ainda para entender melhor o suicídio e muitos outros comportamentos humanos, seja autodestrutivos ou destrutivos. Além disso, essa base torna-se útil quando se discute sobre a chamada *finalidade do social* (LATOURE, 2001; LEBEL, 2007). Na era da globalização e do virtual os particularismos, os tribalismos e os fundamentalismos consolidaram-se enormemente. As várias formas do social parecem pisoteadas pela preeminência de interesses de mercado sempre mais utilitaristas e materialistas. Em uma sociedade hipnotizada pela televisão e pela internet, a diminuição do associacionismo foi citada como um exemplo esclarecedor. Robert Putnam escreveu um famoso volume com um título fielmente sucinto, *Bowling Alone*, que descreve a transformação do jogo de bocha nos Estados Unidos, jogo de equipe e entre amigos praticado em associações e círculos intrinsecamente social (com observadores e amigos ao redor do campo, que participam ativamente com comentários e no final da partida todos juntos comemoram com cerveja), em um hodierno jogo para indivíduos solitários que jogam sozinhos em lugares anônimos e com desconhecidos, preocupados em fazer os próprios pontos na tabela e competindo com si mesmo. Mesmo que com nomes diferentes e de pontos de vista diferentes, a transformação do âmbito social (compreendido como uma degradação) foi tratada em muitos modos e em tantas obras incisivas.

Na relação com o outro sempre há uma competição, mas há também o dom junto ao desinteresse, ao altruísmo, à civilização e à sociabilidade, dimensões que regredem diante do avanço da dessocialização, desinstitucionalização e desmodernização (COHEN, 2006). As relações sociais são diminuída e também diminuem os aspectos positivos da

convivência. Na finalidade do social, ou seja, na crise ou na eclipse ou na transformação do social (GAMMONE, 2011), existe uma das razões do aumento geral de suicídios.

3 A motivação do suicídio no contexto organizativo

O advento de uma sociedade caracterizada por um número crescente de órgãos, grupos, associações, burocracias e instituições que oferecem um aspecto ulterior em relação às análises clássicas. Em uma situação nova, várias considerações podem ser discutidas analisando o suicídio também de uma perspectiva organizativa, administrativa e mais genericamente econômica. Tal perspectiva pode contribuir, na nossa opinião, para analisar o fenômeno fornecendo instrumentos que enriquecem a interpretação, a percepção, a explicação e sobretudo a prevenção. Se existe “o homem da organização” (WHYTE, 1956), então existe o suicídio no contexto organizativo. Daniel Bell qualificadamente e incisivamente é o primeiro a escrever sobre a sociedade pós-industrial, descrita através da posição progressivamente secundária da fábrica e da indústria. Neste aspecto a diferença entre os tipos de sociedade era muito simples: na sociedade agrícola o maior número de empregados estava na agricultura; na sociedade industrial o maior número de empregados estava na indústria; na sociedade pós-industrial, enfim, o maior número de empregados está nos serviços e nas organizações (BELL, 1976).

Serão necessárias algumas exemplificações e algumas referências teóricas. Em tempos recentes de grave e persistente crise econômica e sócio-política podem ser verificados, como precedentemente indicado, diversos casos de suicídio por parte de pequenos e médios empresários ou de diretores ou de funcionários.

A seguir vamos analisar situações extremas verificadas em contexto aparentemente diferentes, mas, na minha opinião, com a mesma motivação. Podemos definir “suicídio de empresário” também o incendiário do jovem tunisiano Mohamed Bouaziz. Este gesto causou a Tunísia a destituição do ditador Bem Ali e depois deu-se o início um grande movimento revolucionário conhecido por todos como “primavera árabe”. Mohamed cometeu este extremo gesto, morrendo dias depois, por causa da possível não renovação por parte das instituições da sua licença de vendedor ambulante.

Em outros países, como por exemplo a Itália, a mesma modalidade já foi seguida por alguns empresários, o caso mais conhecido é de Giuseppe Campaniello que ateou-se fogo na frente da sede do que corresponderia no Brasil a receita federal, e depois por

outros empresários utilizando também outras modalidades, atitudes que não tiveram resultados revolucionários.

Essa tipologia de suicídio assume características particulares e ligadas, de qualquer forma, a diversas finalidades que estão na base da ação e de uma diferente situação de contexto.

Nesses casos notamos como o significado individual, que pode ser em alguns casos egoístas e egocêntricos, de transtorno psicológico torna-se marginal, enquanto assume um papel central a relação de conflito entre indivíduo e organização, fazendo emergir de modo predominante o significado de “protesto” em relação a uma violência real ou imaginária que o sujeito sofreu ou mesmo está sofrendo.

Nessa particular situação social e individual evidencia-se, mais uma vez, o chamado “efeito Werther”, já analisado no presente texto, ou seja, a tendência de indivíduos imitarem comportamentos precedentemente realizados por outros e com situações existenciais semelhantes às próprias.

Em alguns tipos de comportamento suicidário, também imitativos, assume grande relevância o contexto sócio organizativo no qual se encontra. Nestes casos parece ser um indicativo bastante interessante a ser trabalhado, relacionando o suicídio imitativo, de “efeito Werther”, ao comportamento organizativo. A combinação dos dois elementos poderia gerar uma pulsão motivacional tão forte que pode mexer até mesmo com a natural e biológica propensão à autoconservação e à sobrevivência.

Nas disciplinas organizativas e particularmente no âmbito da porção que se ocupa de gestão de pessoas nas organizações, é estudado e analisado o comportamento organizativo. O comportamento organizativo é por definição o comportamento dos indivíduos em um contexto social ou organizativo (TOSI PILATI, 1981). A influência da organização sobre o agir humano (no nosso caso a organização poderia ser, além do trabalho, do ambiente social, da família ou da escola, no caso de estudantes) é tão forte que faz condicionar o comportamento das pessoas e em particular a motivação que constitui um dos pilares.

Portanto, se em uma situação “normal” entre motivo (ou seja, a necessidade) e a ação (ou seja, o comportamento) existe uma relação direta, no comportamento organizativo o indivíduo é estimulado a cumprir um ato que não é voltado para a satisfação de uma própria e pessoal necessidade, mas, ao contrário, tal ato será voltado para a satisfação de uma necessidade da organização (por exemplo, uma necessidade produtiva).

Na motivação do trabalho, as organizações empresariais e mais genericamente sociais, a satisfação da necessidade acontece indiretamente, ou seja, através do meio de retribuição que constitui o estímulo à ação: a motivação individual, portanto, pode ser endereçada ao alcance de um objetivo produtivo ou à satisfação das necessidades expressas pela organização. A mesma coisa acontece na motivação do estudo: a nota (que reveste também neste caso o papel de compensação extrínseca) assume um papel central de reforço e estímulo ao comportamento. Na análise da estrutura motivacional desenvolvida por Maslow (1954) de fato não aparece nem a necessidade do trabalho nem a necessidade de aprender.

Na relação que se instaura entre indivíduo e organização normalmente prevalece a organização. O comportamento individual e as ações que surgem dele não são somente fruto de uma relação direta entre a necessidade ou uma pulsão individual e uma ação voltada para satisfazer tal necessidade. Trata-se na verdade de um complexo mecanismo de mediação que através da utilização de estímulos e incentivos de natureza econômica consente mover o comportamento e as ações para a obtenção de um objetivo dado por um terceiro, justamente a organização, que mantém sob controle tanto as pulsões individuais, através de mecanismos de retroação negativos e positivos e hipnotizáveis de *feedforward*, quanto as necessidades da organização e da sociedade.

Nessa relação bastante complicada com muita frequência alguma coisa dá errado. O indivíduo e a organização ao invés de convergir ou viajar em plataformas paralelas podem divergir, e os efeitos desta divergência podem ser dramáticos e também letais.

Em 1960, no seu famoso *O lado humano da empresa*, Douglas MacGregor do MIT de Boston, demonstrou que os comportamentos das pessoas nas organizações (negativos ou positivos, ou seja, x ou y, como são definidos pelo autor) não dependem das características individuais ou da personalidade dos indivíduos; e são, ao contrário, um reflexo automático das características da estrutura organizativa e uma imagem refletida do pensamento dos supervisores. Em uma dada estrutura, o chefe poderia considerar que os próprios colaboradores sejam tendencialmente preguiçosos e indolentes e, conseqüentemente, que seja necessária uma configuração hierárquica de controle. Além disso, pode considerar que seja o caso de mostrar o chicote e, em alguns casos, *usá-lo* (citação de Frederick Taylor). O resultado mais provável será que efetivamente as pessoas comportar-se-ão em modo x e depois incorporarão interiormente.

Concluindo: no próprio contexto social e organizativo as pessoas não colocam em prática comportamentos que são voltados para satisfazer uma necessidade ou que

correspondem a um seu modo de ser, mas ao contrário fazem o que outros pedem e comportam-se de maneira coerente com aquilo que os outros querem que eles sejam, também quando se espera um comportamento negativo. São evidentes algumas prenúncios que se verificam por si.

Em 1971 Philip Zimbardo conduziu um experimento nos subterrâneos da Universidade de Stanford, conhecido como o *experimento carcerário de Stanford*. Para este experimento foram selecionados 24 estudantes entre 20 e 30 anos de idade (portanto, um nível de instrução superior à média), aos quais foram dados casualmente os papéis de detentos ou de guardas carcerários.

Imediatamente as pessoas começaram a identificar-se com seus personagens. Os guardas carcerários iniciaram quase que imediatamente a manifestar tendências sádicas e os prisioneiros mostraram passividade e depressões, e em alguns casos comportamentos agressivos. Rapidamente os guardas e os prisioneiros adaptaram-se aos seus papéis, indo muito além das expectativas. Um terço dos guardas tinha um comportamento considerado sádico. Zimbardo intitulou o seu livro de *O efeito* Lúcifer e através desse estudo demonstrou que determinados comportamentos, agressivos e autolesivos, não são de fato inatos, mas um “efeito” causado por determinadas circunstâncias organizativas. Stanley Milgran (1978), pesquisador das prestigiosas universidades de Yale e Harvard, também demonstrou com numerosos experimentos que as pessoas dentro de um determinado contexto organizativo e sob influência de um poder autoritário agem sem uma plena consciência e de maneira induzida.

As teorias de MacGregor, o perigoso experimento de Zimbardo e os experimentos de Milgram são exemplos clássicos dos anos Sessenta, porém, muito atuais se pensarmos nos recentes fatos de múltiplos atentados suicidas feitos por jovens ou muito jovens (estranhamente o terrorismo suicidário não utiliza os idosos!), e também nos comportamentos organizativos usados pelos guardas carcerários de Abu Ghraib. Poderíamos nos estender já que na literatura existem vários exemplos que nos levam inequivocamente a pensar que, em alguns casos e seguramente em um contexto organizativo, as pessoas tendem a comportar-se e a colocar em prática algumas ações potencialmente agressivas ou autolesivas que podem levá-las até o suicídio, não como efeito de uma particular situação pessoal ou de uma pulsão individual mas como consequência de uma pressão externa do indivíduo – quase como se o indivíduo se encontrasse em um estado hipnótico.

O efeito imitativo conjuntamente a um sistema organizativo inadequado, precedentemente descrito, podem então desencadear o efeito detonante do suicídio.

Concluindo, não podemos imaginar a vontade do indivíduo fora do seu contexto organizativo. Este aspecto poderia contribuir para esclarecer com uma explicação ao menos razoável alguns, talvez muitos, casos de suicídio.

4 Crise econômica e crise existencial

Notando que nos países industrializados encontrava-se uma taxa de suicídios muito maior comparando-os com países não industrializados, Erich Fromm afirmava que o estilo de vida e os valores nos quais se baseavam as sociedades capitalistas modernas, atualmente hiper ou pós-modernas, eram profundamente alienantes.

A competição desenfreada, a fragmentação social, o individualismo, o narcisismo, a corrida ao acúmulo, a expulsão das dimensões emotivas da nossa modalidade de *ser no mundo* tinham implicado um sentido de solidão e fragilidade. As reflexões de Fromm e da Escola de Frankfurt, referidas à Alemanha e aos Estados Unidos, assim como as de Pasolini na Itália, fotografavam uma situação que no decorrer dos anos exasperou os seus aspectos alienantes.

A sociedade dos anos sessenta oferecia seguramente maiores certezas sociais e econômicas que a atual. As promessas de um futuro feliz que acompanhavam os anos de expansão econômica com relativas conquistas sociais, não encontramos nos tempos atuais. Benasayag (2008) fala de épocas das paixões tristes para descrever o túnel sem um amanhã acolhedor pelo qual estamos percorrendo.

Nessa ótica a ligação entre desemprego e suicídio, entre crise economia e suicídio representa nos dias atuais um dado deduzido e eleva a objeto de debate de público domínio. Há somente uma década poucos estudiosos afirmavam com certeza que existisse uma correlação.

Para evitar equívocos deve ser feita uma especificação clínica e metodológica: o ato suicidário responde sempre a uma dinâmica multifatorial. Não se fala de causa mas de fator de predisposição primário. As reações comportamentais são subjetivas, únicas e não repetíveis, significa que de indivíduo a indivíduo mudam as capacidades de *coping*, de elaboração, muda substancialmente a nossa modalidade de ser no mundo e reagir ao mundo.

De qualquer maneira os dados ajudam a nossa reflexão. Para exemplificar, analisaremos o caso da Itália, onde de 1993 a 2009 o número de suicídios anuais tem valores absolutos entre 4.500 e 3.700; em um percentual de 100.000 habitantes a taxa mais alta foi registrada no nordeste (8,3), depois no noroeste (7,3), no centro (6,4), no sul (5,3). A primeira evidencia é que nas regiões mais ricas, em uma específica ordem crescente, registram mais suicídios do que nas regiões mais pobres. Dentro da população migrante, comunitária e não, a taxa maior de suicídios encontra-se no ano de 2009 entre os europeus, 329, dos quais 119 são romenos; 3 alemães; 22 franceses; 118 africanos; asiáticos, 42; sul-americanos, 74, dos quais 29 são brasileiros. Os dados absolutos nos privam de uma verificação definitiva, mas confirmam a tendência de que taxas de suicídio são mais altas na Europa e nos Estados Unidos. Na África o suicídio é um comportamento muito raro e na América do Sul bastante raro. No sul do mundo a principal causa de suicídio é atribuída aos distúrbios psicológicos, nos países industrializados a causa econômica é uma das principais, mesmo que, repetindo, em uma dinâmica multifatorial é muito difícil atribuir um gesto como o suicídio a uma única causa.

De grande interesse psicológico é a modalidade de atuação do ato suicidário que difere sobretudo em base ao gênero, ainda que nos últimos anos tal dado tende a recompor-se. No sexo feminino prevalecem modalidades menos violentas que tendem a preservar o corpo, além disso, considera-se (CREPET, 1993) que modalidades menos cruéis deixem espaço à esperança de sobreviver e que, portanto, muitos suicídios de envenenamento poderiam ser tentativas de suicídios que acabaram sendo fatais. A tentativa de suicídio foi historicamente um comportamento atribuído prevalentemente ao sexo feminino, porém, este dado vale até o ano de 2011 quando os homens nas tentativas de suicídio superaram o sexo feminino. Na Itália desde 2001, segundo os dados Istat de 2013, o sexo masculino registra uma taxa de suicídios de cinco a três vezes superior à taxa feminina, incluindo também o número de tentativas. Uma possível explicação está no aumento da crise econômica que atinge os homens trabalhadores, considerando a tentativa de suicídio um desesperado grito de ajuda, um extremo berro de quem não consegue se fazer escutar de outro modo.

A fragmentação social e a exclusão discriminatória de determinadas categorias sociais eleva a fator precipitante na dinâmica multifatorial, levando na sequência a uma conduta suicidária. Entre as categorias de mais risco em absoluto registramos os velhos afetos de patologias psicofísicas, por exemplo, a correlação entre depressão e suicídio é

dada como certa e atrai entre 13 e 16% dos indivíduos depressivos; maiores taxas de depressão registram-se entre os idosos (TAURO, 1990).

Os viúvos e os separados são, juntamente aos idosos, as categorias mais expostas. A taxa de suicídios para 100.000 habitantes: a dos viúvos é elevadíssima, 37,6; entre as viúvas é de 3,6; entre os separados 28,4; separadas 4,8, estes dados são do quinquênio 2005-2009 e já confirmados em 1990 e 2000 (EURES, 2012).

O isolamento social, a carência de relações de amizade e a impossibilidade de idealizar o futuro são fatores que podem causar a ideação e a execução de um comportamento suicidário. Interessante notar que os viúvos, idosos e separados que cometem suicídio, declaram que a vida para eles é somente um arrasta-se triste, sem esperança e entusiasmo vital, confirmando o que já foi exposto em premissa. Um outro dado que confirma esta interpretação é a evidência dos períodos do ano nos quais se registram as maiores taxas de suicídio: julho e agosto. Nos meses de verão, normalmente dedicados à *evasão* (período de férias no hemisfério norte), a solidão de quem não tem relações sociais faz-se mais amarga. A incapacidade de ser feliz nos meses consagrados à diversão torna-se ainda mais eminente. O suicídio, então, pode torna-se também um gesto de protesto e de desinteresse a um sistema que os renegou.

Nos Estados Unidos, para confrontar, os jovens brancos de ambos os sexos suicidam-se com frequência duplicada em relação aos jovens negros ou hispânicos. A explicação é atribuída à coesão social dos diversos grupos étnicos que fornece um suporte psicológico, uma “base segura”. A desestruturação social e cultural foi confirmada como fator de predisposição ao comportamento suicidário também em pesquisas desenvolvidas com os índios da América: crescidos na cidade, tirados de seu contexto social e cultural, apresentam uma taxa de suicídio cinco vezes superior aos seus coetâneos brancos (CREPET, 1993).

Portanto, a coesão comunitária é um fator protetivo em direção às pulsões que de outra forma poderiam transformar-se em autoagressivas (segundo exposto por Freud já em 1929). E mais, a presença de um inimigo externo direciona impulsos destrutivos para o externo. Durante conflitos bélicos a agressão sofrida pelo próprio país pode criar sentimentos de compartilhamento ideológico, pode favorecer o desenvolvimento de uma trama social coesa e solidária. Algumas experiências observadas nos campos de concentração por Bruno Bettelheim, psicólogo preso em Buchewald durante o nazismo, levaram-no a concluir que eventos catastróficos de nível coletivo podem estimular as resistências individuais, garantindo capacidade de reações inesperadas e conotadas de

extrema vitalidade. Além disso, em períodos de exasperada conflitualidade os impulsos agressivos e os sentimentos de culpa são direcionados para o exterior, assim se explicam atos heroicos e temerários. As comunidades coesas, que apresentam radicados valores compartilhados e estruturas “sólidas”, tendem a proteger o indivíduo também das pulsões autoagressivas, mesmo quando vindas de eventos externos adversos.

Vimos que na escolha suicidária influi uma pluralidade de fatores, mas o desemprego é seguramente um fator precipitante de primeiro plano. Com a explosão da crise econômica atual, o desempregado não tem mais o estigma social do perdedor e do falido: torna-se uma outra vítima involuntária de uma onda incontrollável, ou seja, não para *aquela que não tem, mas para aquela que não é*.

O trabalho confere ao indivíduo uma identidade, um papel social, uma perspectiva de futuro. Dentro destas três dimensões: identidade, papel e futuro articulam-se as existências de todos nós. Pensar-se sem futuro, sem papel e sem identidade quer dizer ceder à melancolia (BINSWANGER, 1971) e entregar-se ao medo, à marginalização, à frustração, à falta de realização.

As taxas de desemprego atuais que se encontram os jovens inativos em percentuais dramáticos na região mediterrânea, da Grécia à Espanha, do Marrocos ao Egito, fazem referência a um drama que vai além do socioeconômico, é também um drama psicológico, um drama de existências condenadas à precariedade e à insegurança. Na Itália o índice de risco suicidário baseado na condição profissional para cada 100.000 habitantes nos mostra que os desempregados tem um quociente de 18,4, os inativos de 10, os empregados de 4 (EURES, 2012); a evidência definitiva é representada pelo dado que mostra como nos anos de ascensão econômica o percentual de suicídios declinava, na Itália era de 5 para cada 100.000 habitantes, e voltar a crescer nos anos sucessivos. Logo após o final da segunda guerra mundial, mais especificamente no período da reconstrução que veio acompanhado de muita dificuldade e pobreza, a taxa de suicídios elevou-se para depois diminuir durante os anos sessenta, que foram os anos de ascensão. Durante as fases de crescimento econômico cresce também a esperança e a idealização de um futuro melhor. Calcula-se que na Itália em 2009 houve um suicídio por dia (357 no total), sempre ligado à perda de trabalho (EURES, 2012).

Até o início deste século os estudiosos eram resistentes em afirmar que houvesse uma correlação entre desemprego e suicídio, mesmo que numerosos estudos do século passado já apontassem para essa direção. Porém, com a explosão da crise econômica e o

consequente crescimento de suicídios, claramente ligados a motivos econômicos, nos faz, hoje, afirmar definitivamente essa correlação.

Os estudos de Marienthal foram a primeira pesquisa que aplica uma aproximação psicológica ao estudo do desemprego, foi conduzida em 1929, nos anos da Grande Crise, por Jahoda, Lazarsfeld e Zeisel, na Austria. A pesquisa depois foi publicada em alemão no ano de 1933 com o título *Os Desocupados de Marienthal*; em 1971 Lazarsfeld curava uma reedição em inglês. Marienthal era uma *company town*, ou seja, uma cidade típica em torno de uma fábrica de tecelagem. Esta fábrica de tecidos que empregava quase todos os habitantes desta pequena cidade fechou em 1930, deixando sem trabalho uma comunidade inteira. Os pesquisadores dirigiram-se para lá justamente por esta característica, uma comunidade de desempregados.

A metodologia foi complexa e experimentalmente válida, a pesquisa justamente pela precisão metodológica e pela importância dos resultados é considerada até hoje válida. Os resultados foram de notável impacto tanto científico quanto social e permitiram individualizar quatro modelos de famílias: integras, resignadas, desesperadas e apáticas, as últimas duas foram incorporadas em um único grupo chamado de *famílias despedaçadas* (PUGLIESE, 1993).

Os habitantes de Marienthal tinham amadurecido um senso de inutilidade e confusão, os dias pareciam desestruturados, os únicos pontos de referência eram o ato de comer e dormir; acompanhar as crianças na escola levava uma hora, enquanto que antes, quando tinha trabalho, o tempo gasto era quinze minutos.

Com o estender do tempo de desemprego, Marienthal torna-se uma comunidade fadigada pela pobreza, os cães e os gatos tornaram-se animais para comer, as crianças não saíam mais de casa porque não tinham sapatos, a realidade da cidade tornou-se feia. Os habitantes fecharam-se em si mesmos, todas as relações sociais foram interrompidas, as bibliotecas ficaram vazias, diminuíram os inscritos nas associações esportivas, os partidos políticos cessaram as atividades. Marienthal tornou-se uma cidade apática e desesperada, os cidadãos são descritos pelos pesquisadores como absolutamente passivos. Verificou-se uma desagregação do tecido social e um sentimento depressivo invadiu toda a comunidade, *Thanatos* prevaleceu.

Outros estudos merecem ser citados, o primeiro é o de Hagnell e Rorsmann de 1980. Os dois pesquisadores seguiram em uma pesquisa longitudinal de 3.000 pessoas durante 25 anos, e demonstraram que os suicídios foram cometidos sobretudo por indivíduos desempregados. Análogo estudo, realizado na Inglaterra pela *Office of*

Population Censues and Surveys Longitudinal Study, utilizando as taxas clássicas de mortalidade demonstrou que o risco de suicídio entre os desempregados é duplicado em relação aos empregados (CREPET, 1990). Pavan e De Leo (1988), após o término de uma pesquisa em Torino iniciada em 1981 e com duração de 5 anos, evidenciaram que na população de desempregados o suicídio foi três vezes superior à população de empregados.

Em Vladivostock, na Rússia, cidade que sempre teve muita oferta de empregos e que desde 1992 possui uma taxa de desemprego que supera 50%, foi feita uma pesquisa pelo Instituto de Estatística russo na qual foi calculado que em 1994 o suicídio representou 54,6 das causas de morte (TUSCANO, 1999), sem considerar a pobreza que resultou ser a causa de muitas aflições e patologias orgânicas também mortais.

Portanto, podemos certamente afirmar que o desemprego constitui um fator de risco na complexa dinâmica multifatorial que conduz ao ato suicidário, tornando-se um fator de predisposição primário.

A condição psicológica do desempregado é certamente uma condição de risco: qualquer acontecimento de luto ou traumático para um desempregado ecoa com valor e peso particulares. O desemprego torna o indivíduo vulnerável, sem desejo, comprometendo as suas possibilidades de ter um *projeto de mundo*, sem o qual o homem está somente na presença do *Nada* (Jung escreveu célebres páginas sobre o tema).

5 Um contexto particular: *bullying* e suicídio na adolescência

Neste item a nossa intenção é tratar de dois aspetos atuais e particularmente relevantes para a saúde psicofísica dos adolescentes, sobretudo na sua possível inter-relação: *bullying* e suicídio.

Recentemente os casos de adolescentes vítimas de *bullying* nas escolas foram objeto de estudo por parte de muitos pesquisadores. A importância dada a este tema deve-se ao fato que a vitimização no contexto escolar pode desenvolver e potencializar os fatores de vulnerabilidade, podendo assim interferir no desenvolvimento cognitivo e socioemocional de muitas crianças e adolescentes. Seja nas vestes da vítima ou do agressor, simples episódios de *bullying* podem terminar em situações extremas também de tipo suicidário.

O *bullying* deve ser considerado um sério problema de saúde pública, tanto pela sua prevalência quanto pelas consequências que se manifestam nas pessoas envolvidas.

Registros nos mostram que anualmente entre 20% e 56% dos adolescentes estão envolvidos em episódios de *bullying* (CDC, 2012; KOWALSKI; LIMBER, 2013).

Também no Brasil o fenômeno existe e está em crescimento. O projeto de pesquisa Pense (Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar), realizado em 2012, destacou que 20,8% dos estudantes entrevistados tinham praticado esse tipo de intimidação, enquanto que as vítimas chegavam a 7,2% (MALTA et al, 2014). Em relação aos dados da primeira versão do mesmo estudo, desenvolvido no decorrer de 2009, verificou-se um aumento de casos de *bullying* entre os estudantes brasileiros que em 2009 era de 5,4%, em 2012 o número subiu para 6,8% (MALTA et al, 2010).

Podemos classificar o comportamento suicida em três categorias: ideia de suicídio, tentativa de suicídio e o suicídio. Em relação a esta última categoria podemos afirmar que no Brasil a taxa de suicídio é relativamente baixa se comparada a outros países. Porém, pretendemos evidenciar que os indicadores crescem na faixa de idade entre 18-19 anos e aumentam quando mais velhos. Em 2000 a taxa foi de 0,9 suicídios para cada 100.000 adolescentes; em 2010 a média aumentou para 1,1 (WAISELFISZ, 2012).

Vários estudos encontraram uma associação entre *bullying* e depressão (WANG et al, 2010) e entre *bullying* e suicídio (KIM; LEVENTHAL, 2008; KLOMEK et al, 2011).

Analisando a relação entre *bullying* e suicídio, existem pesquisas que demonstram como as vítimas de *bullying* podem ter uma maior probabilidade de manifestar sintomas depressivos, um alto nível de propensão suicidária e são mais levadas a tentar o suicídio em relação as não vítimas. No que diz respeito às diferenças de gênero, os estudos demonstram que as meninas são mais inclinadas ao suicídio quando são envolvidas em situações de *bullying*, mesmo que tal envolvimento seja raro; enquanto que os meninos, quando são objetos de frequentes intimidações, manifestam mais pensamentos suicidários (KELLY et al, 2015; KLOMEK; SORANDER; GOULD, 2011; KLOMEK; SOURANDER; GOULD, 2010). Há também uma forte evidência que ideação suicidária e suicídio são também associados com a condição de vítima-executor (KELLY et al, 2015; COPELAND et al, 2013).

Diante disso torna-se urgente redefinir o papel das várias figuras profissionais que trabalham no mundo da saúde e da educação. Estes profissionais devem ser capazes de agir com uma visão global no mundo das crianças e dos adolescentes, levando em consideração os fatores individuais, programáticos e sociais para que possam interagir no sistema de relações e no processo de determinação do bem-estar individual, familiar e

coletivo, ter um comportamento acolhedor e de escuta, atentos às exigências e aos pedidos dos indivíduos envolvidos no *bullying* em um contexto escolar.

A atenção dada aos adolescentes envolvidos em episódios de *bullying* no contexto escolar, em qualquer dimensão de estudo desse fenômeno, implica um trabalho focado na tutela dos adolescentes e na promoção da qualidade de vida em geral e que inclua a promoção da saúde em defesa da vida. Essa atividade profissional deve incluir, além disso, a integração de múltiplos setores, tanto nos aspectos macroestruturais, como por exemplo as políticas sociais, quanto na coordenação e na integração dos diferentes âmbitos operacionais e dos serviços que visem a intersetorialidade e a integração, definindo e estabelecendo a criação de redes de sustentação e de proteção.

A rede de proteção deve ser configurada no conjunto de sistemas (instituições e de grupo de pessoas significativas) e na multiplicidade dos mecanismos que consentem o reforço das ligações, do sistema de proteção e das relações, também afetivas, existentes e percebidas por parte dos adolescentes, fazendo uma integração interinstitucional, intersetorial e interpessoal, trabalhando de forma solidária e responsável. Tendo em vista o objetivo comum de melhorar o impacto das propostas e das ações em resposta ao problema da violência.

Sabemos que existe um risco significativo de depressão nas vítimas de *bullying* e que isso pode implicar um aumento da ideação do suicídio e o levar ao até o fim. Neste sentido temos a necessidade de indagar profundamente esse fenômeno e de identificar uma alternativa eficiente para promover o bem-estar e qualidade de vida dos adolescentes, garantindo a tutela e a atenção às suas exigências, realizando as modalidades mais eficazes para reduzir ao mínimo e para prevenir o *bullying* e, conseqüentemente, também todos os fatores vulneráveis que em última análise podem aumentar as probabilidades do suicídio.

Conclusão: os perfis pedagógicos contemporâneos

Desde sempre houve e há a necessidade de uma complexa intervenção institucional com a finalidade de ter uma “boa sociedade” (BELLAH, 1992) ou pelo menos de tornar mais vivível o contexto coletivo. A intervenção pedagógica é tão antiga quanto o ser humano, mas é também perenemente renovada, em contextos diferentes do ponto de vista histórico e geográfico.

Dizia Freud em 1929 que a coesão comunitária é um fator protetivo nas pulsões que de outra forma poderiam se tornar autoagressivas. Da mesma forma, a presença de um inimigo externo direciona incentivos destrutivos para o exterior. Durante os conflitos bélicos, a agressão sofrida pelo próprio país pode criar sentimentos de comum ideologia, pode favorecer o desenvolvimento de uma trama social coesa e solidária. Algumas experiências observadas nos campos de concentração por Bruno Bettelheim durante o nazismo, levaram-no a concluir que eventos catastróficos de nível coletivo podem estimular as resistências individuais, garantindo capacidade de reações inesperadas e denotar de extrema vitalidade. Em períodos de exasperada conflitualidade, além disso, os impulsos agressivos e os sentimentos de culpa são direcionados para o exterior, assim se explicam atos heroicos e temerários.

Em resumo, as comunidades coesas que apresentam radicados valores compartilhados e estruturas “sólidas” tendem a proteger o indivíduo também das pulsões autoagressivas mesmo dos eventos externos adversos. Mas como fazer se as comunidades tornam-se cada vez menos coesas, sempre mais líquidas e as pessoas sempre mais narcisistas.

Em uma extrema síntese podemos dizer que através dos séculos se efetua um tipo de secularização da compreensão do suicídio, que retoma temas do mundo clássico, mas sobretudo coloca em destaque os perfis sociais, econômicos e organizativos. No que diz respeito as motivações que levam as pessoas a tirar a própria vida, passa-se lentamente a considerar as causas, antes em termos de *pietas* até a consideração do suicídio como sintoma de patologia social, consequência perversa dos desenvolvimentos da modernização. Este discurso de caráter geral é diminuído dentro da infinita variedade das dimensões econômicas, organizativas e familiares: em cada suicídio há uma história dos vários contextos dentro dos quais o suicídio acontece.

Emile Durkheim no início do século XX ministrou na Sorbonne um curso no qual afrontava o tema da *educação moral*. A propósito da pedagogia escreve: “A arte da educação não é a pedagogia, mas a capacidade do educador, a experiência prática do professor. Trata-se de coisas tão diferentes que se pode ser discretos professores mesmo sendo pouco aptos às especulações pedagógicas. Vice-versa, o pedagogo pode ser completamente privo de habilidade prática. Não teríamos certamente confiado uma classe a Montaigne ou a Rousseau, e os insucessos reiterados de Pestalozzi demostram que ele tinha uma arte educativa incompleta. A pedagogia, portanto, é alguma coisa de intermediário entre a arte e ciência: não é arte, porque não é um sistema de práticas

organizadas mas sim de ideias atinentes àquelas práticas. É um conjunto de teorias e sendo assim se aproxima à ciência. Enquanto as teorias científicas têm a única finalidade de expressar o real, as teorias pedagógicas têm como objeto imediato o de guiar o comportamento” (DURKHEIM, 1938, p. 465-466)

Esta advertência de caráter geral é importante e atual: quando a reflexão sobre o suicídio confunde-se com muitas outras reflexões paralelas, por exemplo sobre o fim da vida e sobre a eutanásia. Enquanto as teorias podem parecer incompletas ou insatisfatórias, na prática sabemos que a escuta, a compreensão, a disponibilidade, a ajuda são fundamentais, mesmo que hoje devam ser repensadas e readequadas a uma imponente transformação do social, escolhendo os convenientes meios tecnológicos e institucionais (TOURAINÉ, 2010).

Uma abundante literatura indica que campanhas de informações e centros de assistência podem reduzir o número de suicídios, com referências específicas às novas possibilidades oferecidas pela telemedicina e pela informática (HILTY et al, 2013). Como escrevemos em premissa, se o contexto é muito importante significa que fazendo uma intervenção eficaz no contexto será possível interpretar, prevenir e obstruir as tendências suicidárias.

Referências

APPADURAI, A. **Modernity at Large: cultural dimensions of globalization**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1996.

BARBAGLI, M. **Congedarsi dal mondo. Il suicidio in Occidente e in Oriente**. Bologna: il Mulino, 2009.

BAUDELOT, C.; ESTABLET, R. **Suicide. L'envers de notre monde**. Paris: Seuil, 2006.

BELL, D. **The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting**. New York: Basic Books, 1973.

BELLAH, R. (ed.). **The Good Society**. New York: Vintage, 1992.

BENEDICT, R. **The Crysantenum and the Sword**. Boston: Houghton Mifflin, 1946.

BERNARDINI, P. L. **Literature on Suicide 1516-1815**. Mellen: Lewiston, 1996.

BENASAYAG, M.; SCHIMT, G. **L'epoca delle passioni tristi**. Milano: Feltrinelli, 2008.

_____. **Les Passions tristes. Souffrance psychique et crise sociale.** Paris: La Découverte, 2006.

BERRIOS, G. E.; MOHANNA, M. Durkheim and French psychiatric views on suicide during the 19th century: a conceptual history. **British Journal of Psychiatry**, v. 156, p. 1-9, 1990.

BINSWANGER, L. **Melancholie und Manie. Phänomenologische Studien.** Pfullingen: Beck, 1960.

BONAZZI, G. et al. Dibattiti. Congedarsi dal mondo. **Rassegna Italiana di Sociologia**, a. L, n. 4, ott./dic. 2009.

BOUDON, R. **La place du désordre Critique des théories du changement social.** Paris: PUF, 1984.

BRONISCH, T. **Der Suizid. Ursachen, Warnsignale, Prävention.** München: Beck, 2007.

CENTERS for disease control and prevention. **Youth risk behavior surveillanced United States, 2011.** MMWR, Surveillance Summaries 2012; 61 (no. SS-4). Available at: www.cdc.gov/mmwr/pdf/ss/ss6104.pdf.

COHEN, D. **Trois leçons sur la société postindustrielle.** Paris: Seuil, 2006.

COLEMAN, L. **The copycat effect:** how the media and popular culture trigger the mayhem in tomorrow's headlines. New York: Simon and Schuster, 2004.

COPELAND, W. E. et al. Adult psychiatric outcomes of bullying and being bullied by peers in childhood and adolescence. **JAMA Psychiatry**, v. 70, n. 4, p. 419-426, 2013.

COUNTS, D. Fighting back is not the way: suicide and the women of kaliai. **American Ethnologist**, v. 7, n. 2, p. 332-351, 1980.

CREPET, P. **Le malattie della disoccupazione.** Roma: Lavoro, 1990.

_____. **Le dimensioni del vuoto:** i giovani ed il suicidio. Milano: Feltrinelli, 1993.

CUIN, C. E. **Durkheim. Modernité d'un classique.** Paris : Hermann, 2011.

DELCOURT, M. Le suicide par vengeance dans la Grèce ancienne. **Revue de l'histoire des religions**, XL, n. 119, p. 154-171, 1939.

DE VOS, G. Some observation of guilt in relation to achievement and arranged marriage. _____. (ed.). **Socialization for Achievement:** essays on the cultural psychology of the Japanese. Berkeley: University of California Press, 1973.

DREAZEN, Y. **The invisible front:** love and loss in an era of endless war. New York: Deckle Edge, 2014.

DURKHEIM, E. **Le suicide:** étude de sociologie. Paris: PUF, 1897.

_____. **L'Évolution pédagogique en France.** Paris: Alcan, 1938.

ELSTER, J. **Le désintéressement. Théorie critique de l'homme économique.** Paris: Seuil, 2009.

EURES. **L'ultimo grido dei senza voce. Il suicidio in Italia al tempo della crisi.** Roma: Indagine istituzionale, 2012.

FROMM, E. **Escape from Freedom.** New York: Farrar & Rinehart, 1941.

FOUCAULT, M. **Surveiller et punir.** Paris: Gallimard, 1975.

GAMMONE, M. **Crisi economica e rapporti sociali.** Maggio-Giugno: Intelligence & Storia, 2010.

GLOTZ, G. **La solidarité de la famille dans le droit criminel en Grece.** Paris: Albert, 1904.

GOULD, M.; JAMIESON, P.; ROMER, D. Media contagion and suicide among the young. **American Behavioral Scientist**, 46, 1269-1284.

GREGOR, S. Copycat suicide: the influence of the media. **Australian Psychological Society**, aug. 2004.

HAENEL, T. **Amok und Kollektivsuizid. Selbsttötung als Gruppenphänomen.** Zürich: Verlag, 2012.

HALBWACHS, M. **Les causes du suicide.** Paris: Alcan, 1930.

HILTY, D. M. et al. The effectiveness of telemental health: A 2013 Review. **Telemedicine and e-Health**, v. 19, n. 6, p. 444-454, jun. 2013.

KELLY, E.V. et al. Suicidality, internalizing problems and externalizing problems among adolescent bullies, victims and bully-victims. **Preventive Medicine**, v. 73, p. 100-105, 2015.

KIM, Y. S.; LEVENTHAL, B. Suicide and bullying. **Int J Adolesc Med Health**, v. 20, p. 133-154, 2008.

KLOMEK, A. B. et al. High school bullying as a risk for later depression and suicidality. **Suicide Life Threat. Behav.** v. 41, n. 5, p. 501-516, 2011.

KLOMEK, A. B.; SOURANDER, A.; GOULD, M. S. Bullying and suicide detection and intervention. **Psychiatric Times**, v. 28, n. 2, feb. 2011.

_____. The association of suicide and bullying in childhood to young adulthood: A review of cross-sectional and longitudinal research findings. **Can J Psychiatry**, v. 55, p. 282-288, 2010.

KOWALSKI, R. M.; LIMBER, S. P. Psychological, physical, and academic correlates of cyberbullying and traditional bullying. **J Adolesc Health**, v. 53, p. 13-20, 2013.

LATOURET, B. Gabriel Tarde and the end of the social. JOYCE, J. (ed.). **The social in question: new bearings in history and the social sciences.** London: Routledge, 2001. p.

117-132.

LEBEL, J.-P. **Alain Touraine, vie, oeuvres, concepts**. Paris: Ellipses, 2007.

LEWINSKI, M. **Ausharren oder gehen? – Für und wider die Freiheit zum Tode**. München: Olzog, 2008.

MAKINEN, I. H. **On suicide in european countries: some theoretical, legal and historical views on suicide, mortality and its concomitants**. Stockholm: Almqvist & Wiksell, 1997.

MALTA, D. C. et al. Bullying in Brazilian school children: analysis of the National Adolescent School-based Health Survey (PeNSE 2012). **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 17, p. 92-105, 2014.

_____. Bullying nas escolas brasileiras: resultados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, p. 3065-3076, 2010.

MARX, K.; ANDERSON, K.; PLAUT, E. (editors). **Karl Marx on suicide**. Evanston: Northwestern University Press, 1999.

MASLOW, A. **Motivation and Personality**. New York: Harper, 1954.

MAZZARINO, S. **Il pensiero storico classico**. Bari: Laterza, 1974.

MCGREGOR, D. **The human side of enterprise**. New York: McGrawHill, 1960.

MILGRAM, S. **Obedience to authority. An experimental view**. New York: Harper Collins, 1974.

MINOIS, G. **Histoire du suicide. La société occidentale face à la mort volontaire**. Paris: Fayard, 1995.

MUCCHIELLI, L. **La découverte du social. Naissance de la sociologie en France**. Paris : La Découverte, 1998.

PARSONS, T. **International encyclopedia of the social sciences**. New York: Macmillan, 1968. p. 311-320.

PAVAN L.; DE LEO, D. **Il suicidio nel mondo contemporaneo**. Padova: Liviana, 1988.

PERILLI, E. **Disoccupazione e suicidio**. Pescara: Samidzat, 2003.

PHILIPS, D. P. The influence of suggestion on suicide: substantive and theoretical implications of the Werther. **Effect, ASR**, v. 39, p. 340-354, 1974.

POMPILI, M. **La prevenzione del suicidio**. Bologna: il Mulino, 2013.

PUGLIESE, E. **Sociologia della disoccupazione**. Bologna: il Mulino, 1993.

PUTNAM, R. D. **Bowling alone: the collapse and revival of american community.** New York: Simon & Schuster, 2000.

RADZINOWICZ, L. **Ideology and crime.** London: Heinemann, 1966.

_____. Reliability and sensitivity of suicide certification in higher-income countries. **Suicide Life-Threatening Behavior**, v. 29, p. 141-149, 1999.

SHNEIDMAN, E. S. **Comprehending suicide: landmarks in 20th-Century Suicidology.** American Psychological Association, 2001.

SCOCCO, P; GIROLAMO, G. de; VILAGUT, G. et al. Prevalence of suicide ideation, plans, and attempts and related risk factors in Italy: results from the European study on the epidemiology of mental disorders. World Mental Health Study. **Comprehensive Psychiatry**, 2008.

SETHI, D. et al. (eds). **Injuries and violence in Europe, why they matter and what can be done.** New York: WHO, 2006.

SOROKIN, P. A. **Social and cultural dynamics.** New York: Bedminster, 1962.

_____. **The crisis of our age.** Harvard: Harvard U. P., 1950.

STACK, S. Media coverage as a risk factor in suicide. **Journal of Epidemiology and Community Health**, v. 57, p. 238-240, 2004.

STUCKLER, D. The public health effect of economic crises and alternative policy responses in Europe: an empirical analysis. **Lancet**, 2009.

TAURO, B. **L'ultima scelta: aspetti sociologici e di patologia medica nel suicidio.** Roma: Ispes, 1990.

TUSCANO, F. Povertà e malattia mentale. **Guerra e Pace**, n. 58/59, 1999.

TOSI, H.; PILATI, M. **Comportamento organizzativo.** Milano: Egea, 2008.

TOURAINÉ, A. **Après la crise.** Paris: Seuil, 2010.

VAGERO, D. **Unknown Sorokin: his life in Russia & the essay on suicide.** Huddinge: Sodertorn Academic Studies, 2002.

ZIMBARDO, P. G. **The Lucifer effect: understanding how good people turn Evil.** New York: Random House, 2007.

WACHTEL, S. T. Acquired capability for suicide, pain tolerance, and fearlessness of pain-validation of the pain tolerance scale of the german capability for suicide questionnaire. **Suicide and Life Threatening Behavior**, dec. 2014.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2012 - Crianças e Adolescentes do Brasil.** Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2012.

WANG, J. et al. Co-occurrence of victimization from five subtypes of bullying: Physical, verbal, social exclusion, spreading rumors, and cyber. **J Pediatr Psychol**, v. 35, p. 1103-1112, 2010.

WATT, J. R. **From Sin to Insanity**: suicide in early modern Europe. Ithaca: Cornell University Press, 2004.

WHYTE, W. **The organization man**. New York: Simon & Schuster, 1956.

WIDMANN, C. **Il tempo del morire. Momento fatale o tempo compiuto**. Roma: Magi, 2012.